

## FUNDAMENTOS

# A intersubjetividade na díade: fonte de intuição do analista<sup>1</sup>

Carla Cruz<sup>2</sup>

1

Artigo escrito a partir do trabalho apresentado para obtenção do título de Psicanalista Titular na Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP).

2

Psicóloga Clínica, Psicanalista titular com funções didáticas da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Presidente do Instituto de Psicanálise.  
E-mail: cmicruz@hotmail.com

## RESUMO

Iniciamos este trabalho questionando o porquê de o conceito de intuição não fazer parte da metapsicologia de Freud. Após pesquisa, a autora coloca como hipótese de que Freud, preocupado em tornar a psicanálise numa ciência credível e diferente de todas as outras, não formulou o conceito, na época utilizado e aprofundado pelos filósofos. Com Sigmund Freud (1856–1939), surge a psicanálise como um método de tratamento psíquico e de investigação do inconsciente. Para Freud, os sonhos são a via real de acesso ao inconsciente. Posteriormente, Melanie Klein (1946) introduz o conceito de identificação projetiva e Donald Winnicott (1956) descreve a relação analítica à semelhança da relação mãe/bebé. Wilfred Bion (1962), integrando as teorias de Klein e Winnicott, descreve o conceito de rêverie, e a psicanálise integra a noção de intersubjetividade.

André Green (1989) descreve o conceito de tiercéité, que é posteriormente desenvolvido por Thomas Ogden (1994), ao designar o terceiro analítico, ilustrando como na relação analítica analista e analisando são modificados pela experiência conjunta da díade. Nesta perspectiva, a autora considera a intuição do psicanalista um mecanismo inconsciente, resultado da intersubjetividade na díade, e que atualmente faz sentido estar integrado no Dicionário de Psicanálise.

## PALAVRAS-CHAVE

**Intersubjetividade**  
**Transferência**  
**Contratransferência**  
**Intuição psicanalítica**  
**Identificação**  
**projetiva**  
**Inconsciente**

*Ao interpretar, o analista simboliza verbalmente a sua intuição do que é verdadeiro em relação à experiência inconsciente do paciente. (Ogden, 2012, p. 50)*

## INTRODUÇÃO

A relação transferencial desenvolve-se no quadro psicanalítico, onde o paciente revive as suas experiências passadas e presentes, reais ou fantasmáticas. Melanie Klein, em 1949, enriqueceu o conceito de transferência dando especial atenção aos processos de projeção e de introjeção, mostrando como na relação transferencial os objetos internos são mobilizados por projeção no analista e como eles são modificados pela interpretação. Da mesma forma, as partes do Eu

projetadas no analista sofrem uma modificação no seio desta nova relação (Klein, 1946/1980).

Winnicott (1956/1969) introduziu um estilo terapêutico em que a situação analítica se compara à relação mãe/bebé e suas contínuas interações. Integrando o pensamento de Ferenczi (1927/1982), que havia explorado os efeitos das carências e dos cuidados maternos inadequados na gênese do sofrimento da criança, Winnicott descrevera a denominada «preocupação maternal primária», que permite à mãe adaptar-se ativamente às necessidades do seu filho de maneira natural e espontânea. Na ótica de Winnicott (1956/1969), o analista e o paciente configuram uma relação intersubjetiva que reproduz algumas das

características da díade mãe/bebé, especialmente no que se refere à capacidade do analista de empatizar e captar as necessidades do paciente. Neste sentido, Winnicott atribuía ao *setting* um papel fundamental na relação com a interpretação. Ferenczi, tal como Winnicott, considerava o processo analítico como uma réplica reparadora do processo natural de crescimento, referindo a necessidade de o analista adquirir, relativamente ao paciente, uma capacidade semelhante à capacidade que a mãe possui para intuir as necessidades do seu filho.

Como refere Antonino Ferro: «A alfabetização dos elementos beta não pode ser integralmente o fruto das interpretações verbalizadas. Ela resultará igualmente da sequência dos movimentos emocionais e relacionais dos dois membros do par analítico, empenhados tanto um como o outro, no crescimento do seu próprio psiquismo, um crescimento que não se mede pela quantidade de ideias novas adquiridas no decurso do processo, mas que se traduz por uma disponibilidade acrescida ao acolhimento dessas ideias novas» (2006, p. 178).

Numa entrevista com Quinodoz, Hanna Segal refere-se à intuição psicanalítica descrevendo-a do seguinte modo: «Se formos confrontados com três maneiras diferentes de olhar o material no decurso de uma sessão, e não tivermos tempo para refletir e escolher qual a interpretação que devemos dar, aquela que selecionamos decorre da intuição psicanalítica. É um processo semelhante ao da contratransferência. Depende da pessoa» (Quinodoz, 2008, p. 119).

Bion (1965) faz igualmente prova desta modéstia: segundo ele, o analista é ele próprio um instrumento de análise particularmente delicado. Assim, a análise pessoal do analista revela-se fundamental na sua capacidade de lidar com o mundo interno. Somente mergulhando profundamente no inconsciente é possível trazer à luz os processos precoces no seio dos quais o modelo das relações internas e externas foi fundado e o Eu foi estruturado. Quanto mais profundamente mergulharmos no nosso inconsciente, mais os resultados terapêuticos serão ricos e estáveis, como refere Hanna Segal: «Se nós estamos à vontade com o nosso inconsciente, e, naturalmente, quanto mais experiência tivermos, mais confiança temos na nossa intuição!» (*ibidem*, p. 119).

Na minha análise pessoal e no meu trabalho como analista, nos grupos de supervisão e nas reuniões clínicas de que faço parte, nas sessões científicas a que assisto, nos congressos, nos colóquios, sempre me fascinou a capacidade do psicanalista de intuir a realidade psíquica da experiência vivida pelo paciente naquele momento da sessão. Do meu ponto de vista, no decorrer de uma sessão o pensamento intuitivo do psicanalista corresponde a um momento de profunda compreensão e contacto com o mundo interno do paciente.

Assim, o trabalho para membro titular da Sociedade Portuguesa de Psicanálise cumpre o objetivo de continuar a consolidar a minha formação e a minha caminhada pessoal enquanto Ser Analista.

Porquê o meu interesse pela Intuição do psicanalista?

Porque o discurso psicanalítico é um discurso sobre o inconsciente. Assim, a intuição do psicanalista corresponde à área criativa do analista na relação com o analisando, na tentativa de tornar suportável a representação do insuportável. Tal como refere J. McDougall: «O trabalho psicanalítico é um processo criativo, em que os analisandos trazem consigo elementos para criarem o *seu* analista e a *sua* experiência psicanalítica» (1983, p. 182).

A «Intersubjetividade na díade: fonte de intuição do analista» é um trabalho que remete para os movimentos primitivos inconscientes, como as identificações projetivas que decorrem do aqui e agora da sessão, tornando o processo analítico único e irrepitível. Sempre que mencionamos a intuição do analista, estamos a referir-nos à comunicação de inconsciente a inconsciente, de conhecimento recíproco, de encontro com o outro, de inter-relações de projeções e identificações projetivas.

No campo analítico, a intuição do psicanalista situa-se no plano da contratransferência e da identificação projetiva na construção dialética entre analista/analisando. Consideramos a intuição do psicanalista como fruto da intersubjetividade da díade. Quando a contratransferência funciona adequadamente, a intuição do psicanalista permite captar a experiência inconsciente do paciente, contribuindo para a criação de uma experiência potencialmente nova.

## 1. O CONCEITO DE INTUIÇÃO

### 1.1. DA FILOSOFIA À PSICANÁLISE

Descartes apresenta-nos, em *Regras para a direcção do espírito*, um conjunto de regras que nos permitem alcançar a verdade. Refere Descartes: «Entendo por método certas regras exactas e fáceis, mediante as quais quem as observar exactamente nunca tomará o falso por verdadeiro, chegará ao conhecimento verdadeiro de tudo o que é capaz» (1968/2002, p. 20). Assim, Descartes, na Regra III, refere: «Por intuição entendo, não a convicção flutuante fornecida pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação de composições inadequadas, mas o conceito da mente pura e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos» (*ibidem*, p. 20).

Descartes descreve-nos o conceito de mente pura, que nos permite ter uma intuição clara e evidente, ainda mais certa do que a dedução. Descreve ainda a intuição e a dedução como atos do nosso conhecimento, que nos permitem chegar ao conhecimento das coisas, contudo diferentes

entre si: «Os primeiros princípios conhecem-se somente por intuição e pelo contrário, as conclusões distantes só o podem ser por dedução» (*ibidem*, p. 21).

Kant, retomando o conceito de mente pura, descreve no início da *Crítica da Razão Pura* (mais exatamente, nas passagens introdutórias da *Estética Transcendental*): «Chamo puras todas as representações em que nada se encontra que pertença à sensação. Por consequência, deverá encontrar-se absolutamente à priori no espírito a forma pura das intuições sensíveis em geral, na qual todo o diverso dos fenómenos se intui em determinadas condições. Esta forma pura de sensibilidade chamar-se-á intuição pura» (1781/2013, p. 62).

Depois de Kant, vários filósofos se interessaram pela intuição intelectual na filosofia: de Goethe a Schopenhauer, intercalados por Fichte, Schelling e Hegel, surgiram sistemas e contra sistemas filosóficos que buscavam a compreensão da relação entre o sujeito e o objeto, ou para alguns a relação ontológica entre consciência e mundo.

Afastando-se dos filósofos, Freud pretendia desenvolver a técnica analítica. Numa conferência realizada em Viena, no dia 12 de dezembro de 1904, Freud refere: «É por motivos puramente subjectivos que eu estou realmente consagrado a uma única forma de tratamento, aquela que Breuer chamou de “catártica” e que eu prefiro chamar de “analítica”. [...] é de todos os métodos, o mais interessante, pela sua capacidade de nos conduzir às origens das manifestações mórbidas e às relações existentes entre elas» (1904/1953, p. 259).

Para Freud: «O método analítico de psicoterapia é o mais profundo e o mais incisivo, aquele em que os doentes podem ser melhor tratados» (*ibidem*, p.260). O seu objetivo era definir o método analítico, qual a técnica a ser usada, quais os pacientes que podiam beneficiar deste tratamento. Refere ainda Freud: «Esta terapêutica tem por base as representações inconscientes — ou melhor, o inconsciente de certos processos psíquicos — são as causas imediatas dos sintomas mórbidos» (*ibidem*, p.266).

Ao delimitar a psicoterapia psicanalítica, diferenciando-a de todas as outras ciências, Freud chega mesmo a referir: «o aperfeiçoamento da nossa ciência». Neste sentido, afirma: «O nosso inconsciente não é de forma alguma idêntico aos dos filósofos que na sua maior parte nem querem ouvir falar de um “*psiquismo inconsciente*”» (*ibidem*, p. 266).

Freud pretendia fazer ciência e visava o reconhecimento na sociedade da sua ciência, que era a psicanálise, e com este objetivo em 1912 publicou na revista *Zentralblatt*, volume II, «A interpretação dos sonhos em psicanálise».

Afastando-se do pensamento filosófico, Freud excluiu a intuição da metapsicologia, mas não a excluiu dos seus hábitos de pensar, e em «Para

além do princípio do prazer» escreveu: «A intuição aparece sobretudo como o efeito de uma certa imparcialidade do intelecto» (1920/1953, p. 59). Mais tarde, em «O futuro de uma ilusão», refere a intuição como «fornecendo-nos indícios — difíceis de interpretar — sobre a nossa própria vida psíquica» (1927/1953, p. 31). Posteriormente, em «Novas conferências sobre a psicanálise», Freud volta a mencionar a intuição: «A intuição, a adivinhação, se elas existissem verdadeiramente, conseguiriam abrir-nos novos horizontes, mas nós podemos sem hesitar, inclui-las na categoria das ilusões entre as realizações imaginárias de um desejo» (1933/1953, p. 159). Acrescenta ainda que: «Do ponto de vista do método, a filosofia afasta-se hiperestimando o valor cognitivo das nossas operações lógicas, admitindo outras fontes de conhecimento, tais como, por exemplo, a intuição» (*ibidem*, p. 161).

É Bion quem mais tarde, em 1962, retoma a ideia da mente pura descrita pelos filósofos, considerando a intuição como um instrumento extremamente útil numa sessão de análise: «O único aspeto de valor numa sessão é o que não é conhecido, e nada deverá impedir o psicanalista de o intuir» (2005, p. 346).

Tentámos identificar a origem do conceito de *intuição* na obra de Bion e verificámos, de acordo com Torres (2013), que o conceito de intuição foi construído tendo por base a metafísica do filósofo Henry Bergson (1903). Bergson propõe a existência de um tipo de funcionamento mental contemplativo-intuitivo «metafísico», conduzido não pela realidade externa reconhecida pelos sentidos, mas por um puro autoconhecimento.

De acordo com Bergson (1903), existem duas maneiras profundamente diferentes de conhecimento:

- 1) A análise intelectual;
- 2) A intuição.

Na primeira, analisam-se as coisas, construindo palavras, conceitos e teorias para descrever o observável do objeto, e, portanto, para usar conceitos que permitam a compreensão da realidade. Na segunda, pelo contrário, a forma de conhecimento pela intuição é global, imediata, busca no mais profundo da realidade, dispensa símbolos e não pode ser representada por imagens.

Nos trabalhos de Bion, verificamos que o autor acredita na intuição como sendo radicalmente diferente do intelecto, por ser «algo» que permite ao psicanalista entrar em contacto com a realidade da dinâmica interna do paciente.

Bion, filiando-se em Freud, implicitamente adota a perspectiva de Bergson. Isto é, o conceito de intuição em psicanálise introduzida por Bion parece ser uma aplicação do conceito de intuição de Bergson. Em 1962, Bion propõe a intuição como uma ferramenta do trabalho analítico.

## I.2. A NATUREZA DA INTUIÇÃO

No latim, *intuere* significa «ver por dentro». Intuir é perceber, discernir, ter um novo conhecimento sem que o sujeito tenha feito uso da experiência ou da razão para captar a ideia.

Para o neurologista António Damásio (2003), a intuição é um misterioso mecanismo através do qual chegamos à solução de um problema, sem raciocínio.

Foram os psicólogos que mais estudaram o conceito de intuição, verificando que o próprio conceito surgia, muitas vezes, confuso. Existem vários significados para o termo *Intuição*, dependendo da forma como as pessoas o utilizam. Por exemplo, atribuindo-lhe um poder místico.

A revista da Associação Psicológica Americana dedicou em 2005 um número ao conceito. Winerman (2005), no seu artigo, menciona diferentes formas de conceber o fenómeno: algumas escolas focam a intuição como uma fonte de conhecimento, ou seja, a intuição é o que sabemos sem aprendizagem. Outras escolas referem a intuição como um processo automático e implícito de pensamento. Existe ainda quem defenda a intuição como uma distinta faculdade da mente humana.

Para Betsch (2008), a intuição é um processo de pensamento. O impulso deste processo é na sua maior parte promovido pelo conhecimento armazenado na memória a longo prazo, que foi principalmente adquirido pela via das aprendizagens associativas. O impulso é processado automaticamente e sem consciência, desencadeado por um sentimento. Esta definição é utilizada na grande maioria das introduções teóricas sobre a intuição.

Tendo como ponto de partida que a intuição é um processo subjetivo, diversos autores, como Pearson (1987), Epstein (1991) e Hogarth (2001), construíram diferentes modelos teóricos em que — todos — diferenciam dois modos de pensar: o consciente e o subconsciente.

O processo consciente é descrito como racional, deliberado, analítico, refletivo, enquanto o processo subconsciente é intuitivo.

Para Betsch (2008), o que produz a intuição é o sentimento. Os sentimentos têm um grande poder na comunicação, não só entre indivíduos, mas também do sujeito com o seu organismo (somatizações). Os sentimentos rompem involuntariamente e imediatamente na consciência. Existem sentimentos que informam o organismo de certas características da experiência: o tempo, o espaço e o número; e existem outros sentimentos que atuam sobre os processos cognitivos. Nem todo o tipo de sentimentos, contudo, tem este mapa da dimensão afetiva. Como refere Betsch, os padrões reflexivos e instintivos do comportamento não podem ser considerados como intuitivos,

porque eles não são desencadeados pelo processo de conhecimento a priori localizado na memória a longo prazo. Por outro lado, o processo de conhecimento a priori não é uma condição suficiente para identificar uma atividade mental como intuitiva. A chave da intuição é que ela opera automaticamente num nível subconsciente. A intuição surge como uma capacidade da mente de processar informação paralela; desta forma, a intuição é uma extensão do conhecimento consolidado e profundamente enraizado na memória.

Berne (1955) defende a ideia de como o processo intuitivo em adultos está relacionado com as representações conscientes de imagens e julgamentos inconscientes enraizados nas relações do período pré-simbólico, ou seja, na infância precoce. As imagens teriam uma especial intensidade, assim como certas reações estariam relacionadas com o inconsciente arcaico de atitudes de outras pessoas. O autor, neste seu artigo, defende essencialmente o retorno do reprimido que vem à consciência.

Tal como o processo intuitivo está relacionado com as relações da infância precoce, também a empatia está relacionada com a nossa organização mental primitiva (Kohut, 1978).

Menciona Ogden (1992) que a grande diferença consiste no facto de que a empatia não pode existir se a criança não conheceu um meio afetivo onde a partilha emocional estava presente. Contudo, certos bebés desenvolvem uma intuição dos estados emocionais das suas mães quando estas apresentam flutuações do humor importantes e imprevisíveis. O bebé está à espreita do humor materno para adaptar o seu comportamento.

Se a criança não conhece um meio afetivo de partilha, as capacidades empáticas não podem existir; em contrapartida, as capacidades intuitivas surgem potencializadas e desenvolvidas.

No processo analítico, se a empatia é uma condição *sine qua non* do analista, necessária à implementação da transferência positiva e ao acesso à interpretação, a intuição revela-se necessária no domínio da relação analítica. Como acrescenta Lopez-Corvo (2014, p. 185), ao referir: «Bion sugeriu aos analistas o uso da intuição como um verbo em vez de um substantivo: “Intuir” é semelhante ao “ver”, “tocar” ou “cheirar”.» «Como é que o analista pode perceber a ansiedade se ela não tem cheiro nem sabor?» (Bion, 1970/1984, p. 7).

## 2. INTUINDO A REALIDADE PSÍQUICA

### 2.1. PSICANÁLISE SEM MEMÓRIA E SEM DESEJO

Freud, em 1923, sublinha que a psicanálise é em primeiro lugar uma arte de interpretação. Trata-se de conceber o material fornecido pelas ideias súbitas dos pacientes como se estas reenviassem para um sentido escondido, e de adivinhar este

sentido a partir deste material. A experiência mostra rapidamente que o médico analista se comporta da maneira mais apropriada se se abandona a si próprio, num estado de atenção uniformemente flutuante, à sua própria atividade mental inconsciente; evita o mais possível refletir e elaborar expectativas conscientes; não quer, do que ouviu, nada fixar em particular na sua memória; e capta dessa maneira o inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente.

Com este objetivo, Freud escreve a Fliess (1896, carta «O sistema perceptivo do analista deve estar virgem para perceber porque a consciência e a memória se excluem» (1986, p. 220).

Em Freud, o desaparecimento da memória no método psicanalítico anuncia o que mais tarde Bion vem a definir como: sem memória, sem desejo e sem compreensão. Para Bion: «O psicanalista deverá exercer a sua intuição de tal forma que ela não deverá ser influenciada pela intrusão de recordações, do desejo e da compreensão [...]». Suponhamos que o psicanalista é capaz de estar num estado no qual ele é este tipo de “pessoa”, capaz de intuição “psicanalítica” (2005, p. 291).

Acrescenta Bion: «A recordação, o desejo e a compreensão constituem opacidades que se formam como obstáculos à intuição. É por isto que refiro que o psicanalista deve ter acesso à sua intuição, de forma que ela não seja estragada pela intrusão da memória, do desejo e da compreensão [...]». A única coisa que conta numa sessão de análise é o que não é conhecido e nada deve impedir o psicanalista de o intuir» (2005, p. 346).

No trabalho de 1967, «Notas sobre a memória e desejo», Bion fala-nos do pensamento intuitivo do analista como forma de captar as verdades psíquicas do inconsciente. Neste artigo, Bion substitui a «tomada de consciência», como tendo um papel central no processo analítico, pela importância de o analista intuir o inconsciente, a realidade psíquica durante a sessão analítica, ou seja, estar permanentemente em contacto com o seu inconsciente e o do paciente.

Ogden (2015), ao reescrever «memória e desejo», pretendia tornar explícito o que acredita estar implícito na obra de Bion: na sessão de análise, o pensamento genuíno é predominantemente inconsciente, procurando a verdade (realidade).

Bion (2005), tendo por base este princípio, vai sublinhar a necessidade de em cada nova sessão o analista se libertar da memória e do desejo para salvaguardar que as suas preconcepções não sejam prematuramente saturadas. Manter na mente a sessão de ontem, ou a interpretação que funcionou na semana passada, ou um sonho importante, ou o que disse o supervisor, tem como efeito bloquear a receptividade do analista à nova experiência de hoje. «Without memory or desire», diz Bion, é a pré-condição do intuir. É neste sentido que Bion

(1967/2013) constrói a Grelha, não como uma teoria, mas como um instrumento que não deveria ser usado durante as sessões, embora devesse servir para exercitar a intuição do analista, até porque no decurso de uma sessão podem existir zonas de perturbação, de turbulência, áreas opacas que contrastam com as áreas claras e transparentes, e que impedem o psicanalista de intuir. Por exemplo, a angústia não tem forma nem cheiro, mas o ter em conta os elementos sensoriais que acompanham esta experiência emocional pode impedir o psicanalista de ter a intuição da realidade com a qual ele deverá estar em uníssono. Grotstein (2007) cita Bion quando recomenda ao analista o uso de duas formas de observação: emocional e objetiva, isto é, intuição e atenção.

## 2.2. ICEBERG: INTERAÇÃO CONSCIENTE/ /INCONSCIENTE

*Do inconsciente nada se sabe senão através do consciente.*  
(L. Vicente, 2004, p. 179)

Na sessão de análise, a capacidade de o analista vivenciar as experiências emocionais do analisando desperta todas as dimensões do seu Ser, todas as suas experiências conscientes e inconscientes. A imagem do *iceberg* permite-nos simbolizar o analista na sessão de análise, na constante interação entre o consciente e o inconsciente, em resposta às projeções do analisando, intuindo a realidade psíquica do paciente. O analista, apto para uma total experiência emocional, treinado para a escuta do paciente, é capaz de uma assimilação mental da experiência que está a ser percebida pelos sentidos e que pode despertar memórias que transformadas pela função alfa do analista se tornam assimiláveis ao pensamento.

A intuição do analista numa sessão de análise consiste no contacto entre o externo e o interno, entre o inconsciente do analista e do analisando, entre aquilo que é projetado no analista e a forma como ele próprio vive essas projeções, que lhe vão suscitar imagens e pensamentos, oriundos das suas experiências cognitivas e emocionais. É neste sentido que Grotstein (2009) menciona a intuição como um órgão dos sentidos, sensível aos estímulos internos. Ou seja, são impressões visuais, auditivas ou olfativas que estão armazenadas na memória, utilizáveis no sonho e no pensamento vígil inconsciente. Estas fontes internas são a base da função alfa, que possibilita acrescentar uma riqueza ao conteúdo do pensamento consciente, expandindo a compreensão. Cada análise tem em conta o *background* sensorial emocional e cognitivo do analista em cada sessão e cada sessão de análise é irrepitível, o que torna a análise numa verdadeira e única experiência emocional.

Salienta Widlocher: «A grande descoberta de Freud foi mostrar-nos que o inconsciente não se

esconde, ao contrário, invade-nos desde que nós sejamos capazes de ceder ao jogo da associação livre dos pensamentos através de um trabalho infinito de tecelagem entre as representações que nos ocupam» (2009, p. 93). Mas para que esta tecelagem entre as representações seja possível, é importante mencionar John Keats (1873), na sua definição de «capacidade negativa» como a capacidade individual de estar na incerteza, no mistério e na dúvida, sem ansiedade para chegar aos factos e à razão. Foi neste sentido que Bion (1967/2013) chamou a atenção para a importância de o analista ser capaz de estar sem memória nem desejo de compreensão na sessão, isto é, relacionou a capacidade de o analista estar em sessão com a capacidade negativa descrita por John Keats.

Na relação intersubjetiva do par analítico, o analista através da função alfa e da *rêverie* contacta com a experiência emocional do analisando, acedendo a uma compreensão da dinâmica interna da vida mental do analisando. Assim, a capacidade de o analista estar «dentro da sessão» permite-lhe captar aspetos abstratos na associação do analisando, que Bion designa de «factos selecionados», e que dependem da intuição do analista. Uma ideia, uma recordação, um pensamento que subitamente ocorre ao analista e que dá sentido aos elementos díspares do analisando. A captação destes factos selecionados (termo de Bion) permite: intuição — função alfa — *rêverie* — interpretação.

O que anteriormente pode ter sido uma mistura confusa de material fragmentado, torna-se então inesperadamente coerente e compreensível. Como refere Grotstein, a intuição surge como um «órgão» analítico. Intuir a dinâmica interna da vida mental do analisando é como que um instrumento que capta o que está submerso da vida consciente do analisando; por exemplo, experiências sensoriais integradas na memória a longo prazo. A intuição é como que um «radar» que capta aspetos importantes da vida mental do paciente, que flutuam no seu mundo interno. É uma luz na penumbra, fundamental para aceder a pensamentos que estão em absoluto e puro desconhecimento. A intuição é inconsciente e involuntária. A intuição é o próprio inconsciente. Como refere Meltzer, numa conferência em Paris: «A intuição é uma verdadeira função psíquica e é verdadeiramente inconsciente porque se passa a um nível do psiquismo que não está disponível para a observação consciente» (Touzé, 2013, p. 124).

Para Cassorla: «O analista mesmo que privilegie as imagens visuais e comunique com o seu paciente através de símbolos verbais coerentes — deverá ao mesmo tempo observar e participar na cena com o objetivo de descobrir através da sua intuição os aspetos que lutam pela simbolização ou aqueles que lhe fazem resistência. Estes elementos aparecem

entre as linhas de um suposto discurso verbal adequado, nos silêncios, no tom e no timbre da voz, na musicalidade ou nos ruídos do discurso, nos gestos amplos ou discretos, nos odores, no olhar, em tudo o que os sentidos podem captar — e além disso, em tudo o que é indescrevível nos afetos, nas emoções e nos sentimentos que tentam manifestar-se nas expressões muitas vezes tão subtis que só a intuição do analista pode ressentir» (2006, p. 80).

Também Luzes, no seu livro *Do pensamento à emoção*, nos descreve que tal como na relação mãe/bébé, na relação do psicanalista com o seu paciente o analista não é propriamente um espelho, mas, sim, uma rede elástica, um filtro capaz de receber emoções, risos, gritos e outras manifestações projetadas no analista, que, por sua vez, através de um trabalho intuitivo de imaginação baseado nas emoções e elementos alfa, devolve ao paciente as emoções em estado de poderem ser utilizadas no pensamento ou na ação. Refere Luzes: «O instrumento de que se serviria a mãe para exercer estas funções não seria intelectual, mas um trabalho intuitivo de imaginação baseado sobre as emoções e os elementos alfa (Bion)» (2004, p. 43).

### 2.3. INTUIÇÃO, FUNÇÃO ALFA, RÊVERIE E INTERPRETAÇÃO

A vivência psicanalítica constitui uma experiência emocional entre analista e analisando. O analista, através da *rêverie* (Bion, 1965), *holding* (Winnicott, 1956/1969) e empatia (Kohut, 1978), recebe as projeções, e por identificação projetiva pode metabolizá-las e devolvê-las transformadas ao analisando. O conceito de identificação projetiva permitiu conhecer como os objetos internos são projetados para «dentro» da pessoa do analista, e é neste jogo intersubjetivo que os silêncios, o tom de voz, os ruídos, os gestos, os odores, etc., definem a qualidade da presença.

A *intuição* do psicanalista permite captar aquilo que está para lá do discurso, isto é, para lá do símbolo. Como refere Grotstein, o analista deverá estar num estado em que abandona a memória e o desejo utilizando o seu «órgão dos sentidos mais sensível aos estímulos internos» (2009, p. 296), usando a sua função alfa na forma de intuição. O analista torna-se capaz de responder com os seus próprios sentimentos internos e cenários emocionais, de fazer corresponder as suas experiências emocionais num processo de ressonância — com as projeções do paciente.

A *função alfa* do analista permite a extração do aspeto essencial da experiência emocional do analisando: assim, na sessão de análise, o que é visto, cheirado, ouvido, sentido fornece ao analista elementos que, internamente elaborados na mente do analista, conduzem à interpretação de um determinado aspeto em detrimento de outro. Através da função alfa, o analista transforma os «elementos

beta), as «impressões dos sentidos», impressões sensoriais brutas, relativas à experiência emocional.

Se a função alfa está deteriorada e o continente não é capaz de transformar percepções internas e externas em algo possível de pensamento, estamos perante configurações disfuncionais onde a dupla analítica não pode sonhar e pensar adequadamente.

A *rêverie*, por sua vez, é constituída por pensamentos, sentimentos, ruminações, sensações corporais, ou seja, é um produto de inconscientes combinados do paciente e do analista (Ogden, 1994). O analista deixa-se levar pelas suas *rêveries* ao mesmo tempo que as observa e tenta compreender. O estado de *rêverie* permite que as experiências emocionais brutas sejam captadas e transformadas em pensamento.

Como refere Fialho: «É a escuta flutuante do analista que possibilita um espaço de contenção daquilo que o analisando transporta, isto é, a escuta analítica flutuante facilita a tarefa do analista para captar o sentido latente, do que é dito e o afeto que frequentemente o conteúdo do discurso não revela. Se o analista se deixar conduzir por uma escuta flutuante, é capaz de escutar o movimento e de utilizar a *rêverie* como instrumento ao serviço do processo analítico, ou seja, de escutar o que o analisando diz, e o eco que a intervenção do analista teve no discurso do analisando» (2017, p. 74).

É tarefa do analista enquanto sujeito separado apreender o que experiencia na relação com o analisando e simbolizar verbalmente através da *interpretação*.

Para Ogden: «Interpretando, o analista simboliza verbalmente a sua intuição do que é verdadeiro relativamente à experiência inconsciente do paciente, e por este facto modifica o que é verdadeiro e contribui para a criação de uma experiência potencialmente nova, graças à qual o par analítico poderá comprometer-se no trabalho psíquico» (2012, p. 50). Para o autor, a interpretação da identificação projetiva apoia-se na ideia de uma psicanálise em constante movimento, envolvendo uma série de formas intersubjetivas que têm em conta a tensão dialética entre analista e analisando. É essencial, como nos diz Searles (1979), que o analista seja capaz de crescer emocionalmente no seguimento da sua experiência com o paciente e tenha a capacidade de ser o analista que o paciente precisa.

A clínica psicanalítica é o resultado de uma relação intersubjetiva em que tudo aquilo que ocorre no espaço/tempo analítico envolve ambos os membros da dupla analítica e pode possibilitar um progresso, um impasse ou, em alguns casos, um abandono da cura. Meltzer (2006) propõe que o analista se mantenha num estado de repouso, que é, ao mesmo tempo, altamente vigilante, esperando pacientemente que surjam significados incipientes, que são frutos de sua imaginação

recetiva, disponível para o possível conhecido ou desconhecido, sem ter em conta o provável.

O analista é um «gerador de poesia», que abandona o pensar apenas científico pela intuição, que é arte, poesia e outras facetas criativas.

### 3. IDENTIFICAÇÃO PROJETIVA, COMUNICAÇÃO INTERSUBJETIVA E INTUIÇÃO DO PSICANALISTA

Quando Melanie Klein descreve pela primeira vez a identificação projetiva, explica que se trata de um fantasma todo-poderoso no corpo e no psiquismo do objeto externo, tendo como consequência uma alteração delirante do sentimento de identidade. Este célebre conceito de identificação projetiva descrito por Klein sofreu uma modificação significativa com a teoria continente-conteúdo (Klein, 1946/1980).

Bion desenvolve o conceito de identificação projetiva comunicativa. Bion (1962) pensava que a identificação projetiva normal existia entre o bebé e a mãe, consistia numa forma de comunicação, muito mais do que uma simples via de evacuação. Assim, a identificação projetiva deixa de ser considerada um mecanismo exclusivamente inconsciente, intrapsíquico e onipotente para ser uma forma de comunicação intersubjetiva. Bion sugere que o paciente, como o bebé, externaliza, por identificação projetiva, uma situação interna de uma parte do Eu em angústia.

Podemos dizer que, desta forma, o conceito de continente-conteúdo permitiu alargar a visão kleiniana de uma psicanálise «a uma pessoa», colocando em evidência a importância primordial e irredutível da relação do analisando com o seu analista. Por outras palavras, Bion inaugura uma visão intersubjetiva da psicanálise kleiniana e clássica. As ideias de Bion permitiram modificar a técnica, fazendo passar a atenção do analista não tanto pelo conteúdo das associações livres, mas pela emergência dos processos inconscientes entre analista e analisando. Esta ideia da teoria intersubjetiva da identificação projetiva foi uma contribuição decisiva para o conceito de contratransferência ser considerado como um instrumento analítico. Bion introduziu a intersubjetividade (a indivisibilidade da relação entre duas pessoas) no pensamento analítico.

Grotstein (2007) refere que a experiência intersubjetiva da comunicação entre o bebé e sua mãe, como entre analisando e analista, trouxe dois novos temas à psicanálise, particularmente à psicanálise kleiniana da época:

- 1) A importância da relação continente-conteúdo;
- 2) A importância crucial das relações como condição *sine qua non* e fator irredutível do desenvolvimento da criança.

Existe ainda outro aspeto da função continente-conteúdo a ter em conta, que consiste na

ligação entre a função continente-conteúdo e a identificação projetiva como estando na base da relação intersubjetiva entre o bebê e a mãe, mas também entre o analisando e o analista. Neste processo, a criança, como o analisando, comunicam consigo próprios, quer dizer, com o seu próprio inconsciente, por intermédio da função da mãe (ou do analista). Grotstein (2007) refere que é preciso compreender esta função como um canal entre bebê/mãe (ou analista/analisando), descrevendo a sua convicção de que a criança nasce pronta a comunicar por meio de uma linguagem pré-lexical (sensorial). Portanto, a descoberta de Bion nas modificações intersubjetivas dos resultados da identificação projetiva constituiu uma mudança de paradigma para a psicanálise kleiniana, e que introduziu a intersubjetividade na clínica. Hanna Segal (numa comunicação pessoal de 1970) disse convictamente que uma criança consegue fazer-se maternalizar por uma mãe sem qualidade, como um analisando pode conseguir ter sucesso na sua análise com um mau analista.

A intersubjetividade na díade — fonte de intuição do analista —, consiste nos movimentos intersubjetivos entre analista e analisando que possibilitam ao analista por via da identificação projetiva intuir a comunicação pré-verbal do analisando, acedendo a aspetos inconscientes. Como salienta Maria Fernanda Alexandre: «O movimento psíquico e a mudança são processos constantes em que analista e analisando compartilham da mesma experiência, numa convergência ou divergência de vértices» (2007, p. 25).

Na sessão de análise, quando o analista é verdadeiramente influenciado pelas identificações projetivas do paciente, esta influência abrange uma evocação do intrapsíquico do analista; é através da intuição, *rêverie*, empatia e bom-senso que o analista reenvia ao paciente a projeção digerida. A identificação projetiva do analista funciona como um instrumento analítico intuitivo. Desta forma, a intuição é fruto da intersubjetividade do par analítico. Neste sentido, Carla Cruz refere: «Podemos dizer que a intuição psicanalítica surge da projeção do analisando no analista, e gera por identificação projetiva novos elementos no psiquismo do analista: ideias, sensações e interpretações. Uma intuição pode ser definida como uma brecha que se abre de repente no consciente em direção ao inconsciente. Assim, a intuição como a *rêverie* do analista constituem uma voz indispensável para a compreensão e interpretação da transferência e da contratransferência» (2017, p. 76).

#### ANA

A Ana é uma jovem de vinte e um anos, de estatura baixa e com um ar frágil, que procura a análise no último ano do curso de Filosofia. Começa por

me descrever uma insónia grave desde a primeira infância e o suicídio da mãe quando Ana tinha nove anos.

Nos primeiros seis meses, de maneira geral, a Ana estava ansiosa; no seu discurso, verbalizava o desejo de iniciar uma análise, mas por vezes chegava atrasada, porque se sentia maldisposta antes da sessão, ou porque tinha fortes dores de barriga ou ainda tremores numa das pernas, que a impediam de andar. Como se ela quisesse entrar em contacto com o seu mundo interno, mas ao mesmo tempo evitasse. Como se estas dores de barriga e estes tremores nas pernas correspondessem a uma experiência não articulada, uma forma protossimbólica que ia sendo experienciada na nossa intersubjetividade.

Refere a Ana: «Parece que a minha vida é um filme de terror e eu preciso de alguém para ver esse filme comigo.» O sentimento que ela evocava era de tristeza e de medo. Neste momento, pensei que estaria perante uma jovem que teria sido uma criança maltratada e batida. Digo-lhe: «Será que eu serei suficientemente forte para vermos esse filme de terror em conjunto?» A Ana refere: «Não me recordo da minha infância. Nunca quis pensar nisto. Uso a memória para estudar e não para os afetos.»

No segundo ano de análise, a Ana começa a descrever-me as tarefas que levava da sua mãe. Refere: «Como eu não adormecia, a minha mãe fechava-me no quarto e batia-me.» Este relato de Ana veio confirmar a minha intuição inicial de que ela tinha sido uma criança maltratada e batida.

Podemos referir que o pensamento analítico contemporâneo se caracteriza pelo facto de nós não podermos falar de analista e de analisando como sujeitos separados: a intersubjetividade analítica coloca em evidência a sua natureza dialética.

Como refere O'Shaughnessy: «No decurso dos últimos cinquenta anos, os psicanalistas mudaram a maneira de ver o seu próprio método. Mais do que se preocuparem com a dinâmica intrapsíquica do paciente, sustenta-se hoje a ideia de que a interpretação deve dirigir-se sobre a interação entre o paciente e o analista num nível intrapsíquico.» (1983, p. 281).

Não há analisando fora do contexto da relação com o analista, e não há analista fora da relação com o analisando. Como refere Ogden: «Analista-analisando, coexiste numa tensão dinâmica com o analista e o analisando enquanto indivíduos separados, dotados cada um dos seus próprios pensamentos, sentimentos, sensações, realidade corporal, identidade psicológica, etc.» (1994, p. 63).

#### CONCLUSÃO E NOVAS PERSPETIVAS

Verifica-se na história da psicanálise uma mudança de perspetiva, em que a psicologia centrada no paciente passou para uma psicologia centrada na díade. A matriz da transferência/contratransferência



tornou-se cada vez mais no foco central. Como refere Levine: «Os determinantes para a indicação de análise vão passar do interior do paciente para o interior da díade» (2010, p. 1385).

Progressivamente, na evolução da literatura psicanalítica, existiu uma tendência para abandonar o conceito de «avaliação», no sentido mais objetivo do termo, ou seja, avaliar a capacidade do paciente de beneficiar de uma análise; para o ponto de vista da dinâmica do processo. Como acrescenta Green (1992), na questão da relação de objeto, a palavra mais importante é a relação, não é o objeto.

Assim, na minha perspetiva, o conceito de intuição tem atualmente lugar no dicionário de psicanálise.

*Intuição do psicanalista* — pode ser definida como uma compreensão por parte do analista de uma realidade ou de uma verdade do paciente, sem que ela tenha sido verbalizada pelo analisando. Na intersubjetividade do par analítico, mecanismos inconscientes, como a identificação projetiva, possibilitam que uma ideia, uma recordação, um pensamento subitamente ocorra ao analista e dê sentido aos elementos díspares do analisando.

Intuição, função alfa, *rêverie* e interpretação possibilitam que uma mistura confusa de material fragmentado possa tornar-se inesperadamente coerente e compreensível.

Quero terminar referindo uma paciente de catorze anos, que numa sessão questionou: «Que parte, do que eu não quero falar... é que tu compreendes?»

Somente na intersubjetividade do par analítico, no aqui e agora da sessão, é possível ao analista representar aquilo que o paciente ainda não pode simbolizar. A paciente fez um pedido ao analista para intuir, isto é, para ver, para tocar naquilo que ela ainda não consegue colocar em discurso verbal. 📄

## ABSTRACT

This paper begins by questioning why the concept of intuition is not part of Freud's metapsychology. After conducting research, the author hypothesizes that Freud, who was concerned about making psychoanalysis a credible science, different from all others, did not formulate the concept, which was already being used and deepened by philosophers at the time.

With Sigmund Freud (1856–1939), psychoanalysis emerges as a method of psychic treatment and investigation of the unconscious. Freud considers dreams as the real way of accessing the unconscious. Later, Melanie Klein (1946) introduced the concept of projective identification, while Donald Winnicott (1956) described the analytic relationship as being similar to the mother/baby relationship. Wilfred Bion (1962), integrating the theories of both Klein and Winnicott, describes the concept of *rêverie*, further integrating the notion of intersubjectivity into psychoanalysis.

André Green (1989), describes the concept of *tiercéité*, later developed by Thomas Ogden (1994) to refer to the analytic third party, illustrating how, in the analytic relationship, both analyst and analysand are modified by their joint experience of the dyad. From this perspective, the author considers the psychoanalyst's intuition as an unconscious mechanism resulting from intersubjectivity within the dyad, and which currently warrants its integration in the Dictionary of Psychoanalysis.

**KEYWORDS:** intersubjectivity, transference, countertransference, psychoanalytic intuition, projective identification, unconscious.

## REFERÊNCIAS

- Alexandre, M. F. (2007). *Mudanças psíquicas no processo terapêutico — o papel do narcisismo*. Fenda.
- Bergson, H. (1903). *An introduction to metaphysics*. Hackett Publishing Company.
- Berne, E. (1955). Intuition. IV Primal images and primal judgment. *Psychiatric Quarterly*, 24, 634–658.
- Betsch, T. (2008). The nature of intuition and its neglect in research on judgment and decision making. Em H. Plessner, C. Betsch & T. Betsch (Eds.), *Intuition in judgment and decision making* (pp. 3–22). Lawrence Erlbaum.
- Bion, W. (1962). *Learning from experience*. Karnac Books.
- Bion, W. (1965). *Transformations*. Karnac Books.
- Bion, W. (1984). *Attention and interpretation*. Karnac Books. (Original publicado em 1970.)

- Bion, W. (2005). *Cogitations*. Éditions In Press.
- Bion, W. (2013). Notes on memory and desire. Em J. Aguayo & B. Malin (Eds.), *Wilfred Bion: Los Angeles seminars and supervision* (pp. 136–138). Karnac Books. (Original publicado em 1967.)
- Cassorla, R. (2006). Du bastion à la mise en acte: le «non-rêve» dans le théâtre de l'analyse. *L'Année Psychanalytique Internationale*, 67–87.
- Cruz, C. (2017). L'intuition du psychanalyste dans l'analyse de l'enfant et d'adolescente. *Journal de Psychanalyse de l'Enfant*, 1(7), 63–82.
- Damásio, A. (2003). *Ao encontro de Espinosa*. Publicações Europa América.
- Descartes, R. (2002). *Regras para a direcção do espírito*. Edições 70. (Original publicado em 1628.)
- Ferro, A. (2006). Bion: observations théoriques et cliniques. *L'Année Psychanalytique Internationale*, 4, 173–180.
- Ferenczi, S. (1982). *Psychanalyse IV – Œuvres complètes 1927-1933*. Payot. (Original publicado em 1927.)
- Freud, S. (1953). On psychotherapy. Em J. Strachey & A. Freud (Eds.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Words of Sigmund Freud* (vol. 7, pp. 255–268). Hogarth Press. (Original publicado em 1904.)
- Freud, S. (1953). Beyond the pleasure principle. Em J. Strachey & A. Freud (Eds.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Words of Sigmund Freud* (vol. 18, pp. 7–67). Hogarth Press. (Original publicado em 1920.)
- Freud, S. (1953). A Short account of psycho-analysis. Em J. Strachey & A. Freud (Eds.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Words of Sigmund Freud* (vol. 19, pp. 191–212). Hogarth Press. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1953). The future of an illusion. Em J. Strachey & A. Freud (Eds.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Words of Sigmund Freud* (vol. 21, pp. 5–58). Hogarth Press. (Original publicado em 1927.)
- Freud, S. (1953). New introductory lectures on psycho-analysis and other works. Em J. Strachey & A. Freud (Eds.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Words of Sigmund Freud* (vol. 23, pp. 144–165). Hogarth Press. (Original publicado em 1933.)
- Fialho, O. (2017). *Sujeito e objecto na cura analítica*. Colibri.
- Grotstein, J. (2007). *A Beam of intense darkness*. Karnac Books.
- Grotstein, J. (2009). *Who is the dreamer who dreams the dream?*. Routledge.
- Kant, I. (2013). *Crítica da razão pura*. Fundação Calouste Gulbenkian. (Original publicado em 1781.)
- Keats, J. (1873). *Letters of John Keats*. Oxford University Press.
- Klein, M. (1980). Notes on some schizoid mechanisms. Em M. Klein, *The writings of Melanie Klein*, (vol. 3, pp. 1–24). The Hogarth Press. (Original publicado em 1946.)
- Kohut, H. (1978). *Self e Narcisismo*. Zahar Editores.
- Lopez-Corvo, R. (2014). *Traumatized and non-traumatized stades of the personality*. Karnac Books.
- Luzes, P. (2004). *Do pensamento à emoção*. Fenda.
- McDougall, J. (1983). *Em defesa de uma certa anormalidade*. Artes Médicas.
- Meltzer, D. (1971). *Le processus psychanalytique*. Payot.
- Meltzer, D. (2006). *Études pour une métapsychologie élargie*. Editions du Hublot.
- Ogden, T. (1992). Comments on transference and countertransference. Em B. Reith, S. Lagerlöf, P. Crick, M. Moller & E. Skale (Eds.), *Initiating psychoanalysis* (pp. 171–188). Routledge.
- Ogden, T. (1994). *Les sujets de l'analyse*. Ithaque.
- Ogden, T. (2012). *Cet art qu'est la psychanalyse*. Ithaque.
- Ogden, T. (2015). *Reclaiming un-lived life*. Routledge.
- O'Shaughnessy, D. (1983). Words and working through. *The International Journal of Psychoanalysis*, 64, 281–289.
- Quinodoz, J-M. (2008). *À l'écoute d'Hanna Segal*. Presses Universitaires de France.
- Searles, H. (1979). *Le contre-transfert*. Gallimard.
- Segal, H. (1987). *Délire et créativité*. Des femmes.
- Torres, N. & Hinshelwood, R. D. (2013). *Bion's sources. The shaping of his paradigms*. Routledge.
- Touzé, J. (2013). *Donald Meltzer à Paris*. Hublot.
- Vicente, L. (2004). Produção criativa ou linguagem do imaginário — uma reaproximação freudiana a Leonardo da Vinci. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 25, 175–192.
- Widlocher, D. (2009). *L'inconnu*. Presses Universitaires de France.
- Winerman, L. (2005). What we know without knowing how. *Monitor on Psychology*, 36 (3), 50–52.
- Winnicott, D. (1969). La préoccupation maternelle primaire. Em D. Winnicott (Ed.), *De la Pédiatrie à la psychanalyse*. Payot. (Original publicado em 1956.)